



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CAMPUS BAGÉ

CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA
FORMA SUBSEQUENTE

Início: 2015/02

SUMÁRIO

1 – DENOMINAÇÃO	3
2 – VIGÊNCIA	3
3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	3
3.1 – APRESENTAÇÃO	3
3.2 – JUSTIFICATIVA.....	5
3.3 – OBJETIVOS	9
3.3.1 – <i>Objetivos específicos</i>	9
4 - PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO	9
5 - REGIME DE MATRÍCULA	10
6 – DURAÇÃO	10
7 – TÍTULO	10
8 - PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO	10
9 - ORGANIZAÇÕES CURRICULAR	11
9.1 - COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS	12
9.2 – MATRIZ CURRICULAR	15
9.3 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	16
9.4 – DISCIPLINAS, EMENTAS, CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIA	16
9.5 – POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO	16
10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	17
11 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS	19
12 – RECURSOS HUMANOS	21
12.1 - RECURSOS HUMANOS E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES NO PROJETO	21
13 – INFRAESTRUTURA	22
14 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1 – DENOMINAÇÃO

Curso Técnico em Agroecologia.

2 – VIGÊNCIA

O Curso Técnico em Agroecologia passará a vigor a partir do segundo período letivo de 2015.

Durante a sua vigência, este projeto deverá ser avaliado periodicamente pelo (a) coordenação do curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 – Apresentação

O Curso Técnico em Agroecologia nasce da necessidade de atendimento de uma demanda regional, dos municípios de Candiota, Aceguá, Hulha Negra, Pinheiro Machado, Pedras Altas e Herval, todos consorciados através do CIDEJA-Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão, do CEPPA – Centro de Educação Popular e Pesquisa em Agroecologia e das Cooperativas envolvidas na proposta: -COONATERRA – Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda. - COOPERAL – Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda. -COOPTIL – Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda. -COOPERSUL – Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Fronteira Sul Ltda.

Os Institutos Federais têm por vocação a oferta de educação tecnológica em todos os níveis e modalidades, buscando formar profissionais em estreita relação com os setores produtivos e a sociedade.

A presença de instituições de formação tecnológica em qualquer região é elemento fundamental de desenvolvimento econômico e social, bem como de melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que proporciona o aproveitamento das potencialidades locais. Da mesma forma, os municípios que possuem representações dessas instituições, estão permanentemente desfrutando de um acentuado processo de transformação econômica e cultural, mediante parcerias firmadas com as comunidades nas quais se inserem, fomentando interações científicas, tecnológicas e intelectuais e, a

transferência de conhecimentos necessários ao desenvolvimento sustentável dos sistemas produtivos locais.

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, o Curso de Agroecologia, deverá alicerçar sua proposta formativa em princípios agroecológicos e técnicos de sistemas orgânicos de produção, de modo que o egresso desenvolva ações integradas, unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos; atue na conservação do solo e da água; auxilie nas ações integradas de agricultura familiar, considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e os sistemas produtivos; participe de ações de conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos.

Em 2013, o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, foi identificado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Regional, através do Centro de Educação Popular e Pesquisas em Agroecologia-CEPPA, e demais representantes locais como um possível parceiro em potencial para implantar cursos de ensino médio técnico voltado para realidade e necessidade do Campo, tendo em vista a inexistência de escolas com este perfil na região e que propicie formação técnica para os jovens do meio rural, por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articula ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação de profissionais capazes de contribuir com o desenvolvimento integral do Campo, numa visão de avanço agroecológico e de segurança alimentar, contribuindo para fixação do homem, da mulher e do jovem no campo.

Tendo em vista a parceria firmada, entre IFSUL-Câmpus Bagé e CEPPA, em 2013 ocorreu a primeira turma, que se desenvolveu no período de 23 de setembro de 2013 até 19 de dezembro de 2014, com recursos oriundos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, juntamente com os parceiros A COOPERAL, a COOPTIL e a COOPERSUL que colaboram no desenvolvimento de atividades formativas durante o “tempo comunidade” previsto na Pedagogia da Alternância. O “tempo comunidade” corresponde ao tempo em que são desenvolvidas as atividades práticas junto à comunidade. Além disso, a SDR e a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS – foram parceiros e sempre apoiaram às atividades do curso.

No ano de 2015 resolveu-se, dado o sucesso da primeira turma e a política de ajuste fiscal do governo federal, que reduziu drasticamente os recursos do PRONATEC,

além da necessidade de uma maior aproximação do projeto em desenvolvimento com o MDA/PRONERA, acessar os recursos disponíveis neste programa para a execução de mais duas turmas do curso técnico em agroecologia.

3.2 – Justificativa

A realidade brasileira revela índices muito baixos de existências de escolas de ensino médio no campo, a grande maioria dos jovens do campo que querem estudar não tem opção se não abandonar o campo e ir estudar em escolas da cidade onde, muitas vezes, o ensino é dissociado da realidade e das demandas e cultura do campo. Tal fato quando não leva o estudante ao abandono do estudo, acaba que influenciando para o abandono do campo.

Infelizmente ainda presenciamos no Brasil um sistema educacional muito homogêneo, inexperiente em pensar uma educação escolar que contemple as diferenças, onde se inclui a realidade e os costumes dos jovens do campo. Em geral os conhecimentos e metodologias de ensino aplicadas são mais direcionados aos jovens urbanos. E a localização das escolas agrícolas, em sua maioria está localizada no perímetro urbano, onde a realidade é diferente da qual os filhos de agricultores que ali vão estudar, estão acostumados. E muitos destes acabam permanecendo na cidade, empregados em outros setores e não o da agricultura, pois é na cidade que eles acabam encontrando maiores diversificações até mesmo para o lazer.

Assim a proposta do Curso Técnico em Agroecologia, na modalidade subsequente, está organizada com uma estrutura em regime de Alternância. Segundo a LDB, Título V “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, Capítulo II-Da Educação Básica, Seção I – Das disposições Gerais:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, **alternância regular de períodos de estudos**, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei (BRASIL, 1996).

A opção pelo regime de alternância ocorreu pelo reconhecimento de que se trata de uma proposta metodológica que melhor atende as necessidades e demandas do campo.

As primeiras experiências educacionais da Pedagogia da Alternância surgiram em 1935 na França, onde um adolescente se recusava a frequentar a escola na qual tinha sido matriculado. Esta situação levou seu pai, juntamente com outros agricultores e o padre do pequeno vilarejo, a refletir sobre a educação que estava sendo oferecida para os jovens no meio rural e procurar alternativas para reverter este problema. Segundo Gimonet (2005) esta iniciativa foi referência para que eles encontrassem uma solução:

Criar uma escola que não prende adolescentes entre paredes, mas que lhe permita aprender através dos ensinamentos da escola, com certeza, mas também através dos da vida cotidiana, graças a uma alternância de estadias entre a propriedade familiar e o centro escolar. (GIMONET, 2005, p. 76).

A base desta nova proposta, lançada pelas famílias e o pároco é uma educação voltada para o desenvolvimento do meio rural, permitindo a vivência de um projeto de construção e comprometimento com o saber. Ela busca respostas à condição do campo, procurando resolver problemas a partir de uma tomada de consciência, sendo um instrumento de transformação e que tem como foco principal a realidade deste meio.

Desta forma, se propõem a alternância da presença dos alunos entre a escola e a comunidade, isto é, os jovens permanecem na Escola, em regime de internato, por um determinado período que é definido de acordo com as peculiaridades locais. No período seguinte, os jovens retornam as suas propriedades familiares, e ao trabalho, para aplicar o conhecimento e as tecnologias difundidas na escola, numa perspectiva de reflexão ativa, transformando a escola do discurso em escola de ação.

A pedagogia da Alternância, reúne em sua estrutura organizacional alguns eixos centrais: a) desenvolve processo de gestão participativa, em que as famílias e parceiros locais, planejam e administram juntamente com a equipe de trabalho. B) a Alternância é o método integrativo entre escola e trabalho, as pesquisas realizadas, cotidianamente, culminam na elaboração e execução de projetos profissionais de vida. C) possui um calendário adaptado às necessidades locais em cada região. D) desenvolve formação integral de modo pleno interagindo teoria e prática, o saber empírico e o científico, a

realidade da pequena propriedade e o mundo global, a convivência em grupos, a ética e a vocação aliada a profissão.

A intenção, a partir dos eixos é garantir que o processo de ensino e de aprendizagem, assegure o respeito à cultura do grupo, a valorização dos diferentes saberes e a produção coletiva do conhecimento, por meio de vivências de práxis, dos saberes adquiridos no tempo escola e no tempo comunidade, por meio da pedagogia da alternância.

Neste propósito, os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelam-se à formação geral do estudante, de forma Transdisciplinar, isto é, por meio de um processo educativo articulado aos conteúdos e saberes locais, regionais e globais, garantindo livre trânsito entre um saber e outro.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à prática problematizadoras, a práticas do diálogo e a participação no que tange a formação de sujeitos. Para tanto, as estratégias formativas comportam três etapas básicas: Investigação dos grandes temas geradores ou eixos temáticos eleitos pelo grupo; Contextualização crítica dos temas geradores identificados, privilegiando uma abordagem histórica, relacional e problematizadora da realidade; processos de ensino e de aprendizagem que se vinculam a ações concretas de superação das situações –limite do grupo.

Neste sentido, as bases metodológicas propostas para o curso de Agroecologia, vêm ao encontro Dos Princípios e Fins da Educação Nacional:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

No Brasil, em especial o Instituto Educar, localizado no município de Pontão- RS e o IEJC (Instituto de Educação Josué de Castro), também conhecido como ITERRA, localizado no município de Veranópolis – RS, são duas escolas que já realizam cursos técnicos em agroecologia em regime de alternância e que servem de fonte para nossa proposta, visto que alguns assentados já foram alunos e se formaram nas referidas escolas e hoje participam da elaboração deste projeto, trazendo contribuições práticas e teóricas e servem de fonte mediadora com a equipe pedagógica das referidas escola, possibilitando a troca de experiência para melhor pensar a construção deste projeto.

A escolha pelo curso técnico em Agroecologia esta alicerçada na crença de que o mesmo pode criar condições para que os agricultores atinjam níveis de autonomia nos campos do saber, da tecnologia e da economia, passando a fazer uma transição do atual modelo para aquele que será a agricultura do futuro. Somado a isto temos a demanda criada a partir da conscientização do público consumidor aliada ao crescente aumento da urbanização demandando maior diversificação dos padrões de consumo, principalmente aqueles relacionados à dimensão sanitária dos alimentos tais como a ausência dos resíduos de agrotóxicos. Outro fato se dá pela posição dos mercados importadores globalizados que controlam a presença e quantidade de resíduos tóxicos em produtos agrícolas e aplicam maior valor aos produtos livres de agrotóxicos.

Uma unidade familiar para ser Agroecologia precisa integrar a criação vegetal com a criação animal. Esta faz parte do processo de diversificação da propriedade sendo muito importante na reciclagem de nutrientes e na garantia de segurança alimentar e econômica da família, pois além de uma alimentação de qualidade, garante-se uma renda permanente através da produção de proteína animal e principalmente de leite que é uma atividade presente na maioria das unidades familiares envolvidas na produção agroecológica.

A criação do curso técnico subsequente em Agroecologia é necessária na região por ser uma alternativa para a materialização de uma agricultura sustentável e para a redução dos índices de êxodo rural, através da qualificação de um número significativo de filho de pequenos agricultores da região. Estes jovens ao adquirir novos conhecimentos, irão ajudar suas famílias, prosseguir atuando no campo e praticando ações que levem ao desenvolvimento sustentável do campo.

Buscamos, através desse curso, oportunizar reais condições e aplicabilidade para construção e desenvolvimento de uma agricultura sustentável e ecologicamente correta.

Neste contexto consideramos, ainda, que são os pequenos agricultores que produzem cerca de 70% dos produtos da cesta básica. Logo é a qualificação dos agricultores e seus filhos bem como, de sua infraestrutura produtiva que possibilitarão a transformação e comercialização dos produtos cultivados, agregando valor à produção agrícola, contribuindo para a permanência e melhora da qualidade de vida do homem do campo.

E por fim pretendemos diferenciar esta escola das demais da região, por se tratar de uma Escola Técnica Profissionalizante para camponeses, com destaque na

agroecologia, nas sementes crioulas e na pesquisa, preocupando-nos com a produção sustentável no Bioma Pampa. Temos instalado no CEPPA a BioNatur experiência impar em agroecologia, com sementes holerícolas, empresa única com registro no Ministério da Agricultura para esse fim e que muito poderá contribuir nas práticas do Curso técnico em agroecologia, através de oportunidades para realizar ações de pesquisa e estudos.

3.3 – Objetivos

Capacitar como Técnicos em Agroecologia, na modalidade subsequente, 80 jovens do campo provenientes de assentamentos da reforma agrária e da agricultura familiar na metade sul do estado do Rio Grande do Sul.

3.3.1 – Objetivos específicos

Proporcionar aos educandos apropriação de tecnologias possíveis de aplicabilidade em seus lotes e comunidades;

Contribuir para a mudança do modelo tecnológico adotado pelos assentados e pequenos agricultores em vista da Agroecologia;

Elevar o nível de escolarização técnica de nível médio nas áreas de Reforma Agrária do RS, contribuindo com a produção agroecológica e a sustentabilidade das comunidades;

Capacitar camponeses que venham fortalecer as comunidades dos Assentamentos da Reforma agrária e Agricultura Familiar, criando tecnologias apropriadas para a Agricultura e a Pecuária Familiar;

Aperfeiçoar a convivência Social na Escola e com os camponeses no diálogo e no relacionamento, contribuindo para permanência e qualidade de vida no campo.

4 - PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

O público alvo deste curso são agricultores e filhos de agricultores familiares que atuem ou pretendam atuar na organização da produção, da cooperação e em ações de preservação ambiental. Como requisito e acesso ao curso exigisse que o candidato tenha concluído satisfatoriamente o ensino médio. O processo seletivo para ingressar no curso será regulamentado em edital específico.

5 - REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Etapa única
Regime de Matrícula	Seriado
Turno de Oferta	Integral – regime de alternância
Número de vagas	80
Regime de Ingresso	Único

6 – DURAÇÃO

Duração do Curso	Um ano e meio
Carga horária em disciplinas obrigatórias	1216 h
Estágio Curricular obrigatório	Não previsto
Tempo Comunidade	320h
Carga Horária Total do Curso	1536 h

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso, incluindo atividades complementares, o aluno receberá o diploma de Técnico em Agroecologia.

8 - PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

A concepção que embasa o trabalho técnico em Agroecologia pressupõe que haja uma constante capacidade de buscar o aperfeiçoamento e adaptação das técnicas e processos utilizados às características locais de clima, solos, culturas, etc. O profissional ao concluir o curso deverá possuir capacidade de:

- Observar a natureza e de buscar tecnologias alternativas a produção junto à sua comunidade.
- Desenvolver e executar atividades de pesquisa em vista de criar alternativas aos problemas e gargalos tecnológicos e organizativos enfrentados, bem como dominar o paradigma científico da Agroecologia, como pano de fundo para a aplicação desse conjunto de técnicas a serviço da produção e/ou validação de conhecimentos.

- Vincular seu trabalho aos núcleos de base dos agricultores em vista de se referenciar organicamente, assumindo como sua a responsabilidade pela elevação da capacidade organizativa e produtiva desses grupos;
- Controlar os parâmetros técnicos e legais e toda e qualquer atividade agrícola;
- Desenvolver processos organizativos, nas comunidades rurais, estimulando os agricultores a solucionar os seus problemas existentes, tornando-se um profissional facilitador desta interação técnico e comunidade.
- Planejar, organizar e gestar processos participativos.

Campo de Atuação:

Propriedades rurais. Empresas comerciais agropecuárias. Estabelecimentos agroindustriais. Empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa. Parques e reservas naturais. Cooperativas e associações rurais. Empresas de certificação agroecológica. Empresas de certificação orgânica.

9 - ORGANIZAÇÕES CURRICULAR

O curso técnico Agroecologia será realizado sob a metodologia da pedagogia da alternância.

A alternância é compreendida por momentos de influencia distintos. Um momento é aquele em que o acento maior é a escola, onde os componentes curriculares são desenvolvidos, presencialmente, para o qual denominamos tempo escola (TE).

Tempo Escola (TE): Período destinado ao estudo dos componentes curriculares previstos no projeto do curso, conforme cronograma das aulas. Neste tempo os(as) educandos(as) se inserem nas atividades produtivas da Escola com práticas de campo, sob orientação de educadores.

Tempo Comunidade (TC): período em que os educandos estarão diretamente envolvidos com os processos produtivos e organizativos em suas comunidades. Este trabalho deve ser planejado pelo conjunto dos educadores, um trabalho interdisciplinar, que tenha como princípios: a pesquisa, a organização pessoal, a auto formação. O educando deverá atuar na comunidade, entidade, movimento, e propriedade, onde realizará práticas de campo.

Práticas de campo

As práticas de campo não são consideradas uma área do conhecimento, mas sim um instrumento pedagógico que busca associar os conhecimentos teóricos à prática profissional. Tem como objetivo proporcionar ao educando, situações mais próximas do concreto-real de sua futura atividade profissional, possibilitando a vivência de conflitos e o exercício pleno de sua capacidade cognitiva frente a situações problema. As atividades da prática de campo são debatidas entre educandos e os educadores responsáveis pelas distintas unidades didáticas e orientadas por educadores e/ou profissionais das áreas de conhecimento em questão (assistência técnica e pesquisa). Estas práticas de campo transcorrem tanto no Tempo Escola (TE) quanto no Tempo Comunidade (TC).

Distribuição dos tempos educativos

O curso técnico em Agroecologia será realizado em etapa única, com alternância entre TE e TC, sendo que cada vivência em Tempo Escola terá em média de 320 horas.

Ficando com a seguinte distribuição: no Tempo Escola (TE) são 1216 horas e no Tempo Comunidade (TC) são 320 horas.

9.1 - COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Etapa I: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RECURSOS RENOVÁVEIS

- Analisar o processo econômico e ambiental que resultou na agroecologia e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores e para conservação do meio ambiente;
- Planejar e implantar agroecossistemas a partir dos princípios da agroecologia;
- Conhecer e considerar as relações entre os fatores bióticos e abióticos dos agroecossistemas e suas ligações ecossistêmicas;
- Conhecer a importância produtiva, social, econômica e ambiental do uso da energia a partir das diferentes fontes energéticas;
- Avaliar o desempenho energético de agroecossistemas;
- Planejar, organizar e monitorar as alternativas de otimização dos fatores bióticos e abióticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais;

- Desenvolver a capacidade crítica e analítica da realidade do campo, articulando os diferentes saberes científicos e populares.
- Perceber a importância da água na manutenção e manejo da estabilidade dos agroecossistemas;
- Planejar, orientar, avaliar sistemas de aproveitamento, armazenamento de água, para a irrigação e drenagem;
- Empregar o manejo ecológico do solo;
- Reconhecer a composição do solo e a função de seus componentes;
- Perceber a importância da estrutura e da vida do solo;
- Inter-relacionar os componentes solo-planta-meio;
- Conhecer a importância produtiva, social, econômica e ecológica do uso da energia a partir das diferentes fontes energéticas;
- Avaliar o desempenho energético de agroecossistemas;
- Compreender a unidade do agroecossistema e suas interações;

Etapa II: PRODUÇÃO VEGETAL

- Conhecer ciclos produtivos e características das principais culturas;
- Conhecer a ecologia de insetos e doenças dos vegetais;
- Identificar insetos e doenças dos vegetais e causas de seu surgimento nas culturas;
- Planejar e implantar sistemas agroflorestais;
- Perceber a importância ambiental dos campos nativos e naturalizados;
- Planejar e orientar ações referentes ao preparo de solo, semeaduras e tratamentos culturais;
- Monitorar métodos e técnicas de plantio colheita e armazenamento;
- Conhecer e identificar, conforme classificação taxonômica, as principais plantas de interesse agrícola;
- Aplicar os conhecimentos relacionados à fisiologia Vegetal;

Etapa III: PRODUÇÃO ANIMAL

- Manejar as comunidades animais domésticos, plantas, insetos e microorganismos;
- Aplicar noções de comportamento animal para planejar sistemas criatórios;
- Empregar o estudo de raças e cruzamentos para realizar acasalamentos;
- Promover a recuperação e o uso de raças adaptadas;
- Identificar os órgãos e estruturas da anatomia animal;
- Conhecer o correto funcionamento dos órgãos e sistemas de animais e vegetais;
- Conhecer os nutrientes, alimentos e suas funções;
- Conhecer as necessidades nutricionais de diferentes espécies de animais e vegetais;
- Orientar o manejo alimentar dos animais e vegetais;
- Planejar e projetar as instalações necessárias a produção de leite à base de pasto;
- Elaborar, implantar e acompanhar projetos de PRV (Patoreio) manejar as criações das principais espécies de interesse zootécnico;
- Planejar sistemas de criação intensiva e integrada a campo;
- Compreender a sanidade animal
- Empregar métodos profiláticos de manutenção da saúde; (sanidade)
- Conhecer as principais enfermidades;(sanidade)
- Agir em emergências para manutenção da vida;
- Atuar no controle e prevenção de doenças.

Etapa IV: COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

- Compreender o funcionamento da sociedade, a partir de algumas noções básicas da ciência sociológica;
- Compreender que existem diferentes concepções de mundo e que elas são históricas;
- Capacidade de administrar planejar e gestar a unidade produtiva familiar e experiências associativas;

- Capacidade de estimular, criar e mediar processos de organização coletiva entre os sujeitos de uma comunidade;
- Compreender a dinâmica dos mercados agrícolas e as estratégias autônomas de inserção;
- Capacidade de fazer planejamento;
- Capacidade de elaborar projetos;
- Planejar, organizar e monitorar a obtenção, processamento, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais de origem animal e vegetal;
- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção agroindustrial familiar;
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agroindustrial;
- Compreender os princípios e fundamentos da cooperação agrícola;
- Processamento certificação e comercialização;
- Orientar e acompanhar levantamento planimétrico, e altimétrico;
- Identificar métodos de conservação do solo;
- Planejar, projetar e orientar ações de construções e instalações rurais;
- Planejar, regular e orientar o uso adequado de máquinas, implementos e ferramentas agrícolas;
- Reconhecer e escolher as máquinas e implementos agrícolas adequados as condições dos pequenos agricultores.

9.2 – MATRIZ CURRICULAR

Curso Técnico em Agroecologia								VIGÊNCIA: Outubro de 2015
MATRIZ CURRICULAR Nº								CAMPUS: Bagé
		Aula (horas)		Carga Horária (horas)				
Código	Disciplinas	dia	semana	1º TE	2º TE	3º TE	4º TE	Total (h)
	Desenvolvimento Sustentável	2	10	76	0	0	0	76

Recursos Energéticos	2	10	76	0	0	0	76
Produção Animal	10	20	0	152	0	0	152
Produção Vegetal	10	20	0	0	152	0	152
Cooperação Agrícola	10	20	0	0	0	152	152
Tempo Integrador	2	10	76	76	76	76	304
Tempo Leitura	1	5	38	38	38	38	152
Tempo Escrita	1	5	38	38	38	38	152
CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS (horas)							1216
TEMPO COMUNIDADE – TOTAL (horas)							320
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (horas)							1536

OBSERVAÇÕES:

1) TE = Tempo Escola.

2) cada tempo escola corresponde a 38 dias letivos.

3) cada aula se desenvolve em 60 minutos (hora aula de 60 min.).

9.3 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Tempo Comunidade (TC) será considerado como atividade complementar, por ser um período em que os educandos estarão diretamente envolvidos com os processos produtivos e organizativos em suas comunidades. Este trabalho será planejado pelo conjunto dos educadores, um trabalho interdisciplinar, que tenha como princípios: a pesquisa, a organização pessoal, a autoformação. O educando deverá atuar na comunidade, entidade, movimento, e propriedade, onde realizará práticas de campo.

9.4 – DISCIPLINAS, EMENTAS, CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIA

Vide programas em anexo.

9.5 – POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO

“Nosso método é uma forma de pensamento, uma maneira de encarar a realidade, de abordar as ciências do que se vive, de estimar aquele que aprende de forma diferente enquanto aluno e, ao mesmo tempo, de considerar o meio profissional, técnico, humano, como suporte dos programas de formação.”

(André Duffaure apud GIMONET, 2007, p. 19).

Na pedagogia da alternância deixa-se para trás uma pedagogia plana para se ingressar em uma pedagogia com dimensões no espaço e no tempo. Os papéis dos atores do processo ensino aprendizagem se modificam. O “alternante” não é mais um

aluno em uma escola costumeira e sim um cidadão inserido em um determinado contexto de vida e em um território. Sua família é convidada a participar ativamente da vida da escola. Os professores, orientadores educacionais, profissionais de apoio técnico-administrativos passam a desempenhar papéis mais amplos no processo de ensino-aprendizagem do que aqueles desempenhados nas escolas tradicionais. Todos estes atores são chamados a atuar, a cooperar, a complementar-se nas suas diferenças.

A eficiência da pedagogia da alternância esta ligada diretamente à qualidade relacional existente entre todos estes atores para que se possa programar as atividades e os instrumentos pedagógicos específicos deste método. Isto posto, observa-se que é intrínseco ao método adotado o trabalho de formação integral do aluno, tendo sempre como princípios norteadores:

- ética;
- raciocínio lógico;
- capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade;
- estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora;
- integração com o mundo de trabalho.

10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Atendendo ao que dispõe a Resolução CNE/CEB 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva habilitação profissional, adquiridos:

I - no Ensino Médio;

II - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de Nível Técnico concluídos em outros cursos;

III - em cursos de Educação Profissional de Nível Básico - mediante avaliação;

IV - no trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno. Quando este aproveitamento tiver como objetivo a certificação, seguir-se-ão as diretrizes a serem apontadas pelo Sistema Nacional de Certificação, a serem ainda definidas.

Os conhecimentos adquiridos em cursos de Educação Profissional de Nível Básico, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio dessa instituição.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teóricos/práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A banca de que fala o parágrafo anterior deverá ser composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria de Ensino.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos com a mesma profundidade com que é aferido o conhecimento do aluno que freqüenta regularmente o Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Sempre que for possível, a avaliação deverá contemplar igualmente os aspectos teórico e prático.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do aluno.

No processo deverão constar tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

É indispensável que se registre todo o processo de avaliação e que, só após sua aprovação, o aluno seja inserido no semestre pretendido.

Para orientação sobre o tema tomaremos como referenciais legais:

* a Lei 9394/96, de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional;

* o Decreto 5154, de 23.07.2004, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96;

* a Resolução nº06/2012, da CEB/CNE, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, assim como outros referenciais que vierem a ser produzidos.

11 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS

A avaliação é entendida como processo, numa perspectiva libertadora, com a finalidade de promover o desenvolvimento e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, para a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos educandos, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se por observar, desenvolver e valorizar todas as etapas de crescimento, de progresso do educando na busca de uma participação consciente, crítica e ativa do mesmo.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino-aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico e à construção em uma perspectiva democrática.

A avaliação do desempenho será feita em etapa única, com um parecer individual, onde se explicitará se o estudante é considerado aprovado ou reprovado no curso. Este parecer individual será construindo com base nas atividades desenvolvidos junto a unidade de produção agropecuária a qual o estudante está vinculado, durante os Tempos Comunidade. A proposta de atividade a ser desenvolvida é apresentada aos professores ao final dos Tempos Escola, e deve ter relação com os conteúdos desenvolvidos durante o respectivo Tempo Escola e viabilidade técnica e de tempo para sua execução, para a aprovação da proposta.

No retorno do estudante a escola, ele apresenta os resultados da atividade desenvolvida para o grupo de professores e estudantes, para avaliação. Este processo se repetirá nos 4 tempos comunidades e comporão o portfólio de cada estudante, que será avaliado no final do curso como Aprovado (A) ou Reprovado (R).

11.1 - Avaliação do projeto educacional

Serão realizados seminários de caráter pedagógico e avaliativo no início de cada etapa, com vistas a analisar o andamento da metodologia do curso, que está ancorada na organização por tempos educativos, dando ênfase às relações interpessoais que envolvem educandos, corpo docente e apoio pedagógico. Ainda nestes seminários serão analisados os desafios que envolvem a organização dos educandos e educadores no tempo comunidade, buscando verificar a articulação entre os saberes construídos e a práxis nos assentamentos.

11.2 - Impactos ou resultados esperados e benefícios potenciais para a Educação do Campo e para as áreas de Reforma Agrária

O pretendido curso irá atuar na formação profissional nas áreas da agroecologia, da agricultura, pecuária e agroindústria familiar e da administração rural e cooperativismo. A oferta deste curso busca dar reais condições e aplicabilidade ao discurso que trata da construção e desenvolvimento de uma agricultura sustentável e ecologicamente correta. A construção de um modelo de agricultura sustentável passa pela visão de todo processo, sendo necessária a compreensão das quatro vertentes da Agroecologia que são: ambiental, econômica, social e política. Estas vertentes são indivisíveis, pois consideram o todo e não apenas a soma das partes; indissociáveis, pois não há desenvolvimento social e econômico sem gerar algum impacto no ambiente e interdependente pela soma dos fatores mencionados.

São os pequenos agricultores que produzem cerca de 70% dos produtos da cesta básica. Logo é a qualificação dos agricultores e seus filhos, bem como de sua infraestrutura produtiva, que possibilitarão a transformação e comercialização dos produtos cultivados, agregando valor à produção agrícola, contribuindo para a permanência e melhora da qualidade de vida do homem do campo.

O desenvolvimento sustentável do campo se dará com no mínimo 80 famílias de agricultores que sonham com a terra e procuram, também, uma qualificação humana, naturais disponíveis para a produção, geração de renda e auto sustentação de suas famílias.

Uma alternativa para a materialização de uma agricultura sustentável é a Agroecologia, que pode criar as condições para que os agricultores atinjam níveis de autonomia nos campos do saber, da tecnologia e da economia, passando a fazer uma transição do atual modelo para aquele que será a agricultura do futuro. Somado a isto,

temos a demanda criada a partir da conscientização do público consumidor aliada ao crescente aumento da urbanização demandando maior diversificação dos padrões de consumo, principalmente aqueles relacionados à dimensão sanitária dos alimentos tais como a ausência dos resíduos de agrotóxicos. Outro fato se dá pela posição dos mercados importadores globalizados que controlam a presença e quantidade de resíduos tóxicos em produtos agrícolas e aplicam maior valor aos produtos livres de agrotóxicos.

Uma unidade familiar para ser Agroecológica precisa integrar a criação vegetal com a criação animal. Esta faz parte do processo de diversificação da propriedade, sendo muito importante na reciclagem de nutrientes e na garantia de soberania alimentar e econômica da família, pois além de uma alimentação de qualidade, garante-se uma renda permanente através da produção de proteína animal e principalmente de leite que é uma atividade presente na maioria das unidades familiares da região.

Na área próxima ao CEPPA, nos municípios gaúchos de Candiota, Hulha Negra, Aceguá e Pedras Altas, estão assentadas hoje 2.350 famílias, somando uma população aproximada de 9.400 pessoas, atendidas por apenas duas escolas de ensino médio, nenhuma delas com cursos profissionalizantes. Se considerarmos os demais municípios que compõem o CIDEJA, que apoiam diretamente o projeto teremos 2.650 famílias assentadas. Sendo assim, o projeto ora apresentado pretende atender toda a metade sul do estado, perfazendo um total de 6.096 famílias assentadas beneficiada com a execução do curso de Técnico de Agroecologia.

12 – RECURSOS HUMANOS

12.1 - Recursos Humanos e respectivas atribuições no Projeto

Descrição	Atribuição	Critério de seleção	Regime de trabalho
Coordenador Geral (1)	Professor da instituição de ensino responsável pelo curso.		À definir
Coordenador pedagógico (1)	Professor que acompanha o curso, com uma visão do todo, articulando as áreas do conhecimento.	Entrevista e análise de currículo	À definir
Professores	Professor responsável pela desenvolvimento das aulas de acordo com os conteúdos	Seleção ocorrerá por meio de processo	À definir

	previstos no PPC.	seletivo simplificado com ampla divulgação e concorrência.	
Monitor (4)	Auxiliar a coordenação geral e pedagógica na organização das etapas e contribuir na inserção dos educandos nos assentamento, fortalecendo e desenvolvendo a teoria pedagógica da Educação do Campo e a pesquisa nas áreas de reforma agrária.	Entrevista e análise de currículo	À definir
Técnicos de Apoio (4)	Responsável pelas tarefas administrativas e de apoio pedagógico.	Entrevista e análise de currículo	À definir

13 – INFRAESTRUTURA

O curso será desenvolvido nos prédios construídos na sede do Assentamento Roça Nova, no interior do município de Candiota/RS, com recursos do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária sobre uma área pertencente ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul- Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

Junto à área do CEPPA existem tanques de piscicultura, construídos através de parceria com a Prefeitura de Candiota que poderão ser utilizados para atividades educacionais. Além disso, outras áreas do CEPPA serão utilizadas sem ônus, como as estufas e áreas agriculturáveis.

A BIONATUR, ligada à COONATERRA, sendo uma empresa de beneficiamento de sementes agroecológicas e certificadas organicamente, e situando-se ao lado das instalações do CEPPA, será utilizada para atividades formativas do curso proposto.

Anexo a este documento, apresentamos cópias do Projeto Arquitetônico dos prédios: Alojamento masculino e feminino, que atenderá a aproximadamente 50 pessoas, Refeitório e Salas de Aula.

Caracterização dos Prédios:

Ocupação do Terreno	Área [m ²]
Área Total do Terreno	280000

Área Construída Total		949,96
Área Construída Coberta		949,96
Área Urbanizada		949,96
Tipo de Utilização	Quantidade	Área [m²]
Salas de Aulas	4	249,00
Laboratórios	2	80,00
Sanitários	4	31,60
Praça de Alimentação	1	104,14
Sala de Áudio / Salas de Apoio	3	45,07
Sala de Leitura/Estudos	1	40,00
Campo de futebol	1	
Alojamento masculino e feminino (40 vagas cada)	1	324,23

Vista dos três prédios principais: da esquerda para direita temos o alojamento, o refeitório e o prédio de salas de aula.



Vista área geral: canto inferior esquerdo – BIONATUR, os três prédios principais da escola, a sede do CEPPA, o refeitório e a alojamento do CEPPA, observa-se também um dos tanques de piscicultura.



14 - Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 3 ed. 1 reimp. São Paulo:Edusp, 2012

ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (orgs.) Por uma educação do campo. 5 ed. Petrópolis,RJ:Vozes, 2011.

BERGNAMI, J. B., BURGHGRAVE, T. (orgs.) Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Orizona,GO:UNEFAB, 2013.

CALDART, R. S. (org.) Caminhos para a Transformação da Escola: Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, R. S. (org.) Escola em Movimento: Instituto de Educação Josué de Castro. 1 ed. São Paulo:Expressão Popular, 2013.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3 ed. São Paulo:Expressão Popular, 2004.

FERREIRA, G. H. C. No Chão e na Educação: O MST e suas reformas.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação ? 11 ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2001.

- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.
- GIMONET, J. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Trad. Thierry Burghgrave. Petrópolis,RJ:Vozes – Paris:AIMFR, 2007.
- GHEDIN, E. (org.) Educação do Campo: Epistemologia e práticas. 1 ed. São Paulo:Cortez, 2012.
- GOHN, M.G. Movimentos Sociais e Educação. Questões da nossa época; v.37. 8 ed.- São Paulo:Cortez, 2012.
- PAULINO, E. T., ALMEIDA, R. A. Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo. 1 ed. São Paulo:Expressão Popular, 2010.
- PIRES, A. M. Educação do Campo como Direito Humano. Coleção Educação em Direitos Humanos, v. 4. São Paulo:Cortez, 2012.
- PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do Trabalho. Trad. Daniel Aarão Reis Filho. 1 ed. São Paulo:Expressão Popular, 2000.
- OLIVEIRA, A. D. Juventude Rural: Constituição dos processos identitários. Petrolina, PE:IF Sertão Pernambucano, 2012.
- OLIVEIRA, A. U., MARQUES, M. I. M. (orgs.) O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo:Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.
- RIBEIRO, M. Movimento Camponês, Trabalho e Educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 1 ed.- São Paulo:Expressão Popular, 2010.
- SANTOS, C. F. O “aprender a aprender” na formação de professores do campo. Coleção Educação Contemporânea. Campinas,SP:Autores Associados, 2013.
- SOUZA, M. A. Educação e Cooperação nos Assentamentos do MST. Ponta Grossa,PR:UEPG, 2006.
- SOUZA, M. A. Educação do Campo: Propostas e práticas pedagógicas do MST. 2 ed. Petrópolis,RJ:Vozes, 2012.